

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil Class.: Guajá 1997
Data: 01/03/93 Pg.: 16

ONG aponta genocídio contra tribo nômade

■ Cultural Survival denuncia na Europa invasões e degradação ambiental de território dos índios awa-guaja no Maranhão

MIGUEL BAYON
El País

MADRI — Os índios awa-guaja, do Maranhão, provavelmente os últimos nômades e os menos contactados dos índios da Amazônia, estão ameaçados de extinção pela avalanche de invasões dos brancos, com sérios impactos ambientais. A organização não-governamental Cultural Survival classifica o fato como "genocídio" e está desencadeando uma campanha para que a Comunidade Européia, junto com o Banco Mundial, pressionem o Brasil para evitar a catástrofe.

A representante da Cultural Survival no Brasil, Fiona Watson, esteve recentemente na Espanha para divulgar um relatório sobre a situação. Ela acaba de visitar a área awa-guaja e esteve com famílias que até há pouco tempo nunca haviam visto um branco.

Trauma — "Esses índios sofreram um verdadeiro trauma com as invasões de suas terras", contou Watson. "Os awa-guajas são predominantemente caçadores e provavelmente os últimos nômades do Brasil", afirmou, acrescentando que a população dos awa-guajas totaliza hoje cerca de 300 índios.

Em 1985, um grupo de trabalho governamental identificou uma área de 250 mil hectares como território awa-guaja. "No entanto, interesses econômicos e militares impediram que a zona fosse demarcada. O resultado é que a área tem sido invadida constantemente", denunciou a representante da Cultural Survival.

A idéia da entidade é que a CE pressione o governo brasileiro para que evite a desapareição deste grupo indígena no Maranhão, e conseqüentemente em toda a Amazônia. A CE e o Banco Mundial apoiaram, através de financiamentos, o projeto de mineração Grande Carajás, no Pará, cuja ferrovia atravessa desde 1985 o território awa-guaja. A partir de então, desmatamentos, gripes, sarampo e tuberculose passaram a castigar a área.

Escândalo — "O genocídio pode ser evitado", afirma Fiona Watson. "O escandaloso é que havia verba do Banco Mundial para a demarcação, e este dinheiro jamais foi empregado com este fim." A Cultural Survival mostra que a Constituição brasileira de 1988 reconhece o direito dos índios de viver em suas terras ancestrais, mas ao mesmo tempo determina que o solo é propriedade do Estado. "O resultado é que os militares e as grandes empresas podem dispor de grandes áreas alegando interesse público, necessidades de defesa, e outras razões deste tipo", critica Watson.

No Brasil há cerca de 180 nações indígenas, 40 delas sem contato com o mundo branco. No relatório anual de 1992 da Anistia Internacional sobre transgressões dos direitos indígenas, o governo brasileiro é duramente atacado por sua negligência neste setor. O relatório acusa o governo de cumplicidade com os violadores de terras indígenas, por ser incapaz de aplicar as leis que protegem amplamente os índios.